



Tempos revolucionários da Revolução de 1930

Angela de Castro Gomes





A vitória da Revolução de 1930 estampada na primeira página do jornal *Correio da Manhã*.
Fonte: *Correio da Manhã* (RJ), Ano XXX, n. 10996, 25 de outubro de 1930, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.
Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/4355.

A Revolução de 1930

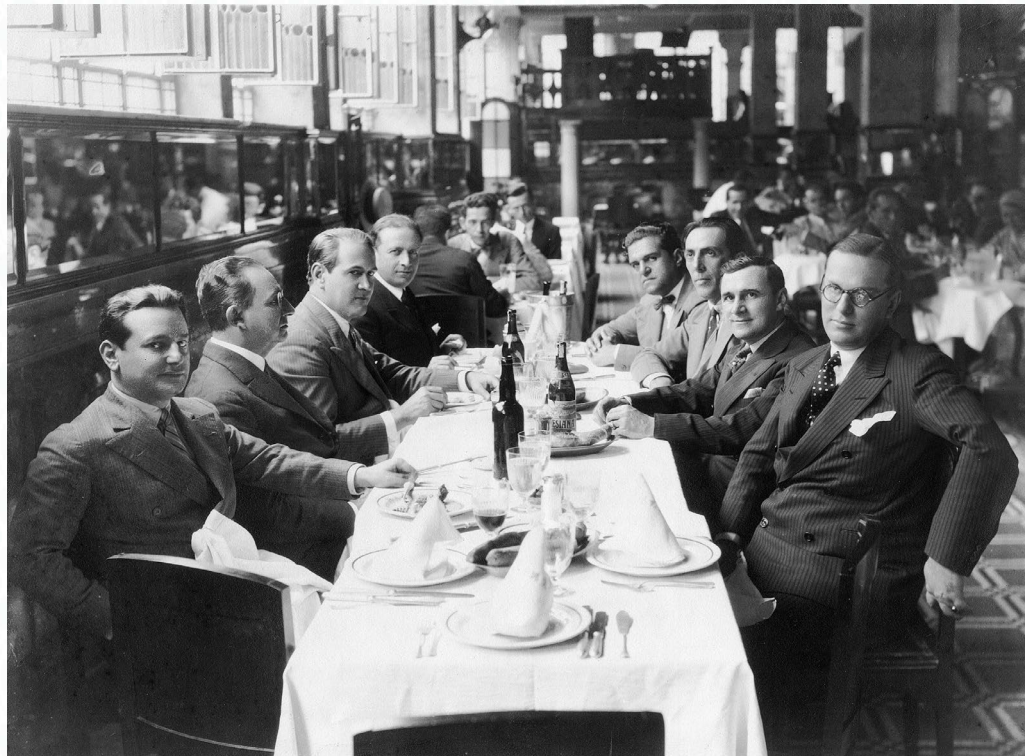
Poucos eventos da história do Brasil são tão visitados pelos historiadores e conhecidos pelo grande público como a Revolução de 1930. Isso se deve a várias razões, entre as quais estão sua importância e o debate de interpretações que ocasionou, a começar por ter sido uma verdadeira revolução. Algo que aponta para o impacto imediato que esse acontecimento produziu entre seus contemporâneos, o que pode ser percebido pelos numerosos trabalhos publicados já na década de 1930, a que se somaram e continuam se somando análises acadêmicas que compõem uma vasta bibliografia sobre o tema. Justamente por isso, é possível dizer que algumas convergências foram sendo produzidas e consagradas ao longo do tempo. Sem dúvida, a mais compartilhada é a afirmação de que a Revolução de 1930 constitui um marco no processo de modernização do país, na medida em que acelerou as transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil vinha passando, no sentido de se tornar uma sociedade urbano-industrial.

Certamente, a Revolução de 1930 não pode ser entendida como uma revolução, segundo o modelo clássico em que camadas da população se mobilizam e atuam em um violento contexto político, produzindo uma ruptura na ordem vigente, o que traz rápidas e profundas alterações socioeconômicas. Mas, nem por isso, devem-se minimizar as mudanças ocasionadas por esse evento, bem como os desdobramentos por ele desencadeados, mesmo se sabendo que o que ocorreu foi um rearranjo no pacto de convivência política estabelecido entre as elites da Primeira República (1889-1930). Tal rearranjo, contudo, trouxe consequências muito significativas, implicando a exclusão de alguns dos participantes daquele pacto e a inclusão de outros, ainda que de forma diferenciada e com hierarquias, o que gerou disputas e instabilidades ao longo de toda a década de 1930. A Revolução de 1930 – como a consagraram seus participantes – foi também sendo considerada como tal pelos estudiosos, porque o próprio evento revolucionário passou a ser definido em outra chave, não mais se restringindo a um momento de tomada do poder do Estado, segundo o exemplo da Revolução Francesa. Outro modelo, também com exemplos internacionais, como o da Alemanha,





apontava para um processo de mudanças menos abrupto que, em função de seu alcance e resultados ao longo do tempo, evidenciaria transformações igualmente revolucionárias. Nesses casos, como o do Brasil, a direção das transformações se faz pela ação do Estado (pelo alto, por cima), que articula um complexo sistema de alianças, composto crescentemente por setores modernizadores da sociedade e da economia, porém sem excluir completamente setores tradicionais, razão pela qual esse processo é chamado de modernização conservadora.



Oswaldo Aranha (o terceiro à esquerda da mesa de baixo para cima) em almoço com líderes rio-grandenses articuladores da Revolução de 1930.

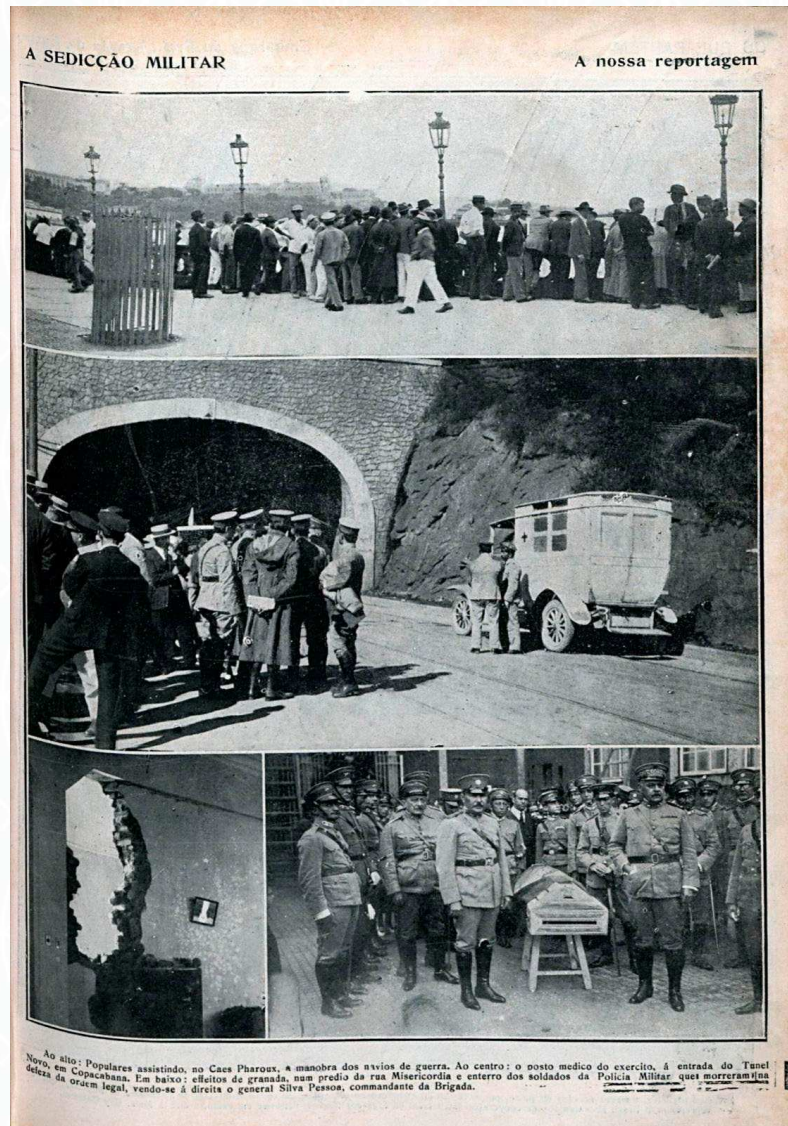
Fonte: Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA foto 044.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/OA/audiovisual/oswaldo-aranha-em-almoco-com-lideres-rio-grandenses-articuladores-da-revolucao-de-1930>.

Assim, o que ocorreu em virtude da Revolução de 1930 foi uma renovação nos acordos políticos entre as elites oligárquicas estaduais, que implicou negociações e confrontos entre as diversas forças envolvidas no movimento revolucionário, quer as que o apoiaram, quer as que lhe foram contrárias. No caso dos grupos oligárquicos – formados por produtores agroexportadores (de café, principalmente) e de produtos voltados ao mercado interno (pecuária e outras lavouras) –, tal rearranjo resultou na eliminação de algumas velhas lideranças e na participação de novas, que se fortaleceram em aliança com setores industriais (inicialmente contrários ao movimento) e com setores urbanos das classes médias e populares (que saudaram a revolução). Porém, a característica principal do processo revolucionário dos anos 1930 foi a expansão e a centralização do poder do Estado, através da ampliação e da profissionalização de um aparelho burocrático, tanto civil como militar. Portanto, as mudanças trazidas pelo pós-1930 não foram nem imediatas nem radicais. Elas também não se operaram por oposição entre o moderno e o tradicional, mas, sim, por negociação e composição, o que evidentemente não exclui conflitos dos mais variados tipos. A dimensão política da Revolução de 1930 e as consequências que ela produziu evidenciam a importância de ser analisada como um evento e como um processo, ambos decisivos para os rumos que a história do Brasil tomou a partir de então.



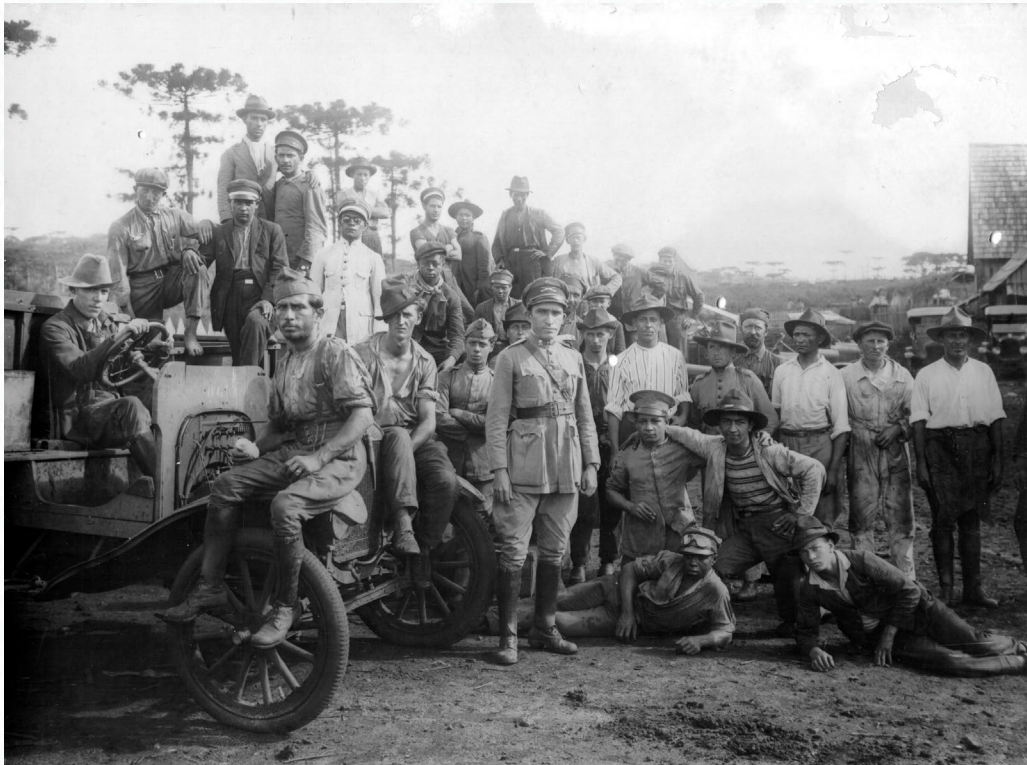
Tempos revolucionários



Imagens retratando os eventos da revolta tenentista de julho de 1922.

Fonte: Fon-Fon: *semanario alegre, politico e espusiente* (RJ), Ano XVI, n. 28, 15 de julho de 1922, p. 19. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/40699>.

No vocabulário político dos anos 1920/1930 – nos discursos, nos jornais, nas revistas, nos ensaios, na literatura –, a palavra *revolução* era uma constante entre as diferentes vozes envolvidas, o que evidencia sua ampla utilização e compartilhamento na época. Embora seus sentidos pudessem variar, *revolução* designava, de forma geral, movimentos que rejeitavam os fraudulentos procedimentos eleitorais então vigentes e que buscavam como alternativa a tomada do poder pelas armas. A *revolução*, na verdade, seria o único meio de se realizar mudanças “verdadeiras” no país, que iriam de uma reforma política moralizadora (das eleições, do voto etc.), até reformas muito mais amplas na educação, saúde, relações de trabalho etc. Os movimentos armados, chamados de tenentistas, ocorridos em 1922 e de 1924 até 1927, intitulavam-se revoluções, e seus participantes, revolucionários. Entretanto, para os governos (o federal e os estaduais) que os reprimiam, tais movimentos eram insubordinações, e seus integrantes, simples revoltosos, sobretudo no que dizia respeito aos militares de baixa patente que desafiavam a hierarquia do Exército e atacavam o poder civil constituído. A Coluna Miguel Costa-Prestes, que deriva do movimento de 1924 e percorre o interior do Brasil até 1927, é herdeira dessa disputa nada ingênua de palavras, produzindo a imagem do líder revolucionário – Luiz Carlos Prestes é o maior exemplo – que luta com bravura contra uma ordem política decaída, personificada no então Presidente da República, Arthur Bernardes (1922-1926).



Tenente Castelo e o pessoal do serviço de automóveis, sob sua direção, em combate à Coluna Prestes durante a campanha do Paraná.

Fonte: Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho, FGV CPDOC, FSC foto 005-045.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/FSC/audiovisual/aspectos-de-manobras-das-forcas-federais-em-combate-a-coluna-prestes-durante-a-campanha-do-parana>.

Nesse sentido, a Revolução de 1930 é o evento que encerra esse ciclo revolucionário dos anos 1920, cujo roteiro era conhecido, quer pela situação, quer pela oposição, ambas envolvendo grupos civis e militares. Esse roteiro tinha como ponto de partida as eleições para a Presidência da República, em que uma chapa de oposição se apresentava – desafiando o acordo entre as oligarquias que controlavam o situacionismo –, sendo sistematicamente derrotada. Tanto na situação como na oposição, geralmente estavam as elites dos estados da Federação mais fortes econômica e politicamente: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Essas cisões intraoligárquicas, bem como as tensões que provocavam nos momentos eleitorais, remontavam à década de 1910 e à figura de Rui Barbosa, demonstrando, de um lado, a manutenção do pacto entre as principais oligarquias e, de outro, sua crescente instabilidade. Portanto, a alteração trazida pela década de 1920 não foi tanto a presença de uma oposição, sua campanha e subsequente derrota eleitoral, mas o questionamento dessa derrota e a busca de apoios entre segmentos militares, descontentes com a situação de desprestígio vivenciada, em especial, pelo Exército. Ou seja, esses militares, em grande parte oficiais de baixa patente (tenentes e capitães), eram insuflados a se revoltar contra a situação política vigente pelas armas, unindo suas demandas específicas (melhores armas, instalações, soldos etc.) às reivindicações políticas mais amplas, traduzidas pelo lema de republicanizar e regenerar a República. Entretanto, quando a revolta militar ocorria, essas elites civis oposicionistas – parte integrante da política oligárquica – refluíam, sendo os “revoltosos” militares derrotados e punidos, como aconteceu em 1922, em 1924 e com a Coluna Miguel Costa-Prestes. São algumas mudanças nesse roteiro, alimentadas pelo acaso na política e por alianças, nada casuais, entre militares “tenentistas” e políticos civis “revolucionários”, que trarão a vitória à Revolução de 1930.



Fazendo as eleições de 1930: o candidato e a campanha



A cobertura do jornal *O Paiz* sobre a eleição presidencial de 1930.

Fonte: *O Paiz* (RJ), Ano XLVI, n. 16569, 2 de março de 1930, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_06/571.

As eleições de 1930 ocorreram no dia 1º de março, um sábado de carnaval. Não foi a primeira vez que a festa coincidiu com as urnas, não sendo este um problema. Os eleitores eram muito poucos – apenas 5,6% da população, compostos por homens alfabetizados com mais de 21 anos –, e o voto não era obrigatório. No entanto, sabia-se que o caminho até essas eleições havia sido particularmente agitado por fortes disputas, que evidenciavam uma grave crise entre as duas mais poderosas oligarquias do país. Tal crise se anunciara ainda em 1928, quando o Presidente da República, o paulista Washington Luís, divulgou que seu sucessor seria outro paulista, o então Governador do estado, Júlio Prestes, e não um mineiro, como se esperava e estava acertado. Washington Luís sabia que tal indicação seria um duro golpe para Minas Gerais e seu Governador, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de família com tradição política que remontava ao Império. No entanto, ele contava com as cisões que dividiam e enfraqueciam as lideranças desse estado, além de apostar na aproximação que seu governo havia realizado com a oligarquia gaúcha situacionista, trazendo um jovem político, Getúlio Vargas, para o Ministério da Fazenda.

Esse apoio do Rio Grande do Sul, inclusive, deveria minimizar as cisões dentro do próprio Estado de São Paulo, que assistira, em 1926, à formação do Partido Democrático (PD), em oposição ao total controle político exercido pelo Partido Republicano Paulista (PRP) até então. No PRP, abrigavam-se os interesses da cafeicultura e da indústria paulista, que não queriam deixar os trâmites da política de valorização do café, fundamentais para seus negócios, nas mãos das elites mineiras. O que o presidente da República não calculou foi o tamanho da reação dos mineiros e sua pronta ação ofensiva junto aos gaúchos, que precisavam ser dissuadidos de sua aliança com o PRP. Naquele momento, inclusive, o Rio Grande do Sul vivia uma situação política muito especial, com a união de seus dois históricos partidos rivais (o Republicano e o Libertador) em uma Frente Única Gaúcha. Essa aliança, que aumentava a força política do estado, também forçava o Partido Republicano a tomar posições mais aguerridas contra o governo federal, e os mineiros souberam disso se aproveitar, embora com custos consideráveis.



Eles negociaram a formação de uma chapa de oposição, sem a participação direta de Minas Gerais, que apoiaria o nome de Vargas (então Governador do Rio Grande do Sul) e de João Pessoa (então Governador da Paraíba), duas novas e promissoras lideranças de oligarquias do Sul e do Norte, para compô-la. Em 1929, quando a crise internacional se abateu sobre o Brasil, Washington Luís ficou sabendo que teria contra seu candidato uma chapa de oposição encabeçada por um gaúcho, com apoio dos mineiros. A campanha eleitoral seria, no mínimo, movimentada.



Líderes do Partido Republicano Riograndense e do Partido Libertador, em 1929, por ocasião da formação da Aliança Liberal.

Fonte: Arquivo Antunes Maciel, FGV CPDOC, AM foto 001.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AM/audiovisual/lideres-do-partido-republicano-riograndense-e-do-partido-libertador-por-ocasio-da-formacao-da-alianca-liberal>.



Flores da Cunha e João Neves da Fontoura em meio a manifestação popular durante o início da campanha da Aliança Liberal, em frente ao Teatro Municipal, na Cinelândia, em setembro de 1929.

Fonte: Arquivo Luiz Simões Lopes, FGV CPDOC, LSL foto 044-12.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/LSL/audiovisual/flores-da-cunha-e-joao-neves-da-fontoura-em-meio-a-manifestacao-popular-durante-o-inicio-da-campanha-da-alianca-liberal-em-frente-ao-teatro-municipal>.

A formação da Aliança Liberal, uma frente partidária, resultou da convergência de um conjunto diferenciado de forças políticas oligárquicas descontentes, que se reuniu em torno de uma proposta de reforma da República, de teor liberal, em que se destacavam o voto secreto e a representação proporcional. Entre os aliancistas, encontravam-se experientes representantes dessas oligarquias (como os ex-Presidentes Arthur Bernardes, Venceslau Brás e Epitácio Pessoa, tio de João Pessoa); uma nova geração de políticos que ocupava cargos nas administrações estaduais e era muito mais crítica ao pacto político vigente (como Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, no Rio Grande; Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, em Minas Gerais; José Américo de Almeida, na Paraíba; Carlos de Lima Cavalcanti, em Pernambuco); e também lideranças militares, oriundas



do movimento tenentista dos anos 1920, que foram atraídas para a campanha como forma de continuar seu combate (como Juarez Távora e Miguel Costa, mas não Luís Carlos Prestes). A complexidade dessas alianças e a dinâmica da própria campanha eleitoral explicam por que um confronto oligárquico típico das campanhas presidenciais anteriores se transformaria numa revolução, dessa feita, vitoriosa. Por isso, vale olhar com mais calma essa campanha.

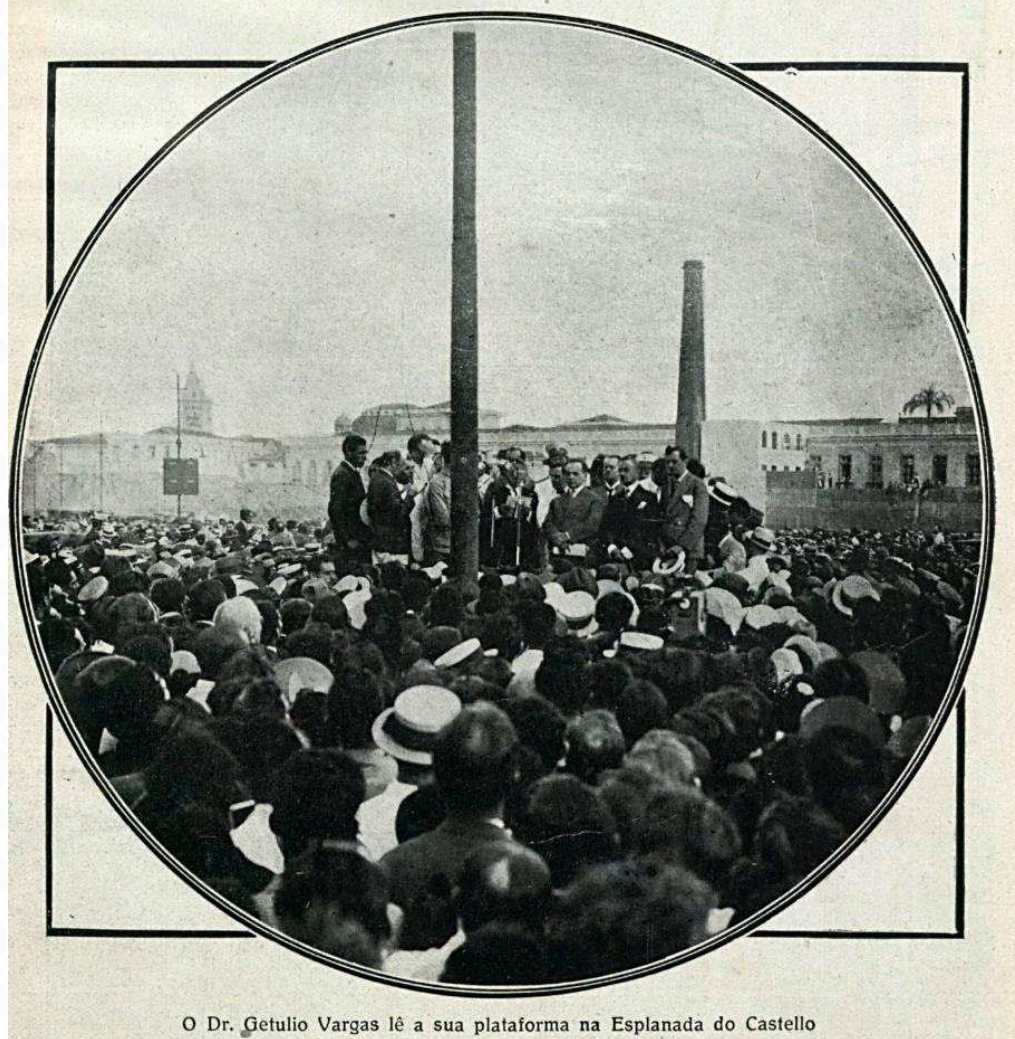
Embora o país já tivesse assistido a comícios, caravanas e *meetings*, a mobilização realizada pela Aliança Liberal alcançou uma escala muito maior e mais espraçada. Nunca se reuniu tanta gente nas ruas e nunca houve tantos oradores a empolgar o público em vários pontos do país. Houve caravanas no Norte e *meetings* nas ruas de várias cidades do país. Houve cerimônias em teatros – como o Santa Isabel, em Recife – e grandes comícios, como o da Esplanada do Castelo, na capital da República, em 2 de janeiro de 1930. Foi nessa ocasião que Vargas apresentou seu programa de governo para uma multidão de pessoas, considerando-se os padrões da época. Toda essa movimentação nacional, que alargava a participação política, produziu uma espécie de adensamento desse programa e do próprio discurso oposicionista, que foi crescendo ante os descontentamentos encontrados e as expectativas geradas, em particular, nas camadas urbanas de classe média e operária.



Fotografia do comício de Getúlio Vargas, então candidato à Presidência da República, na Esplanada do Castelo. **Fonte:** *Careta* (RJ), Ano XXIII, n. 1125, 11 de janeiro de 1930, p. 19. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=45358>.



A RECEPÇÃO DOS CANDIDATOS LIBERAES DA ALLIANÇA



O Dr. Getúlio Vargas lê a sua plataforma na Esplanada do Castelo

Fotografia do comício de Getúlio Vargas, então candidato à Presidência da República, na Esplanada do Castelo.
Fonte: *Careta* (RJ), Ano XXIII, n. 1125, 11 de janeiro de 1930, p. 20. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.
Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=45359>.

Mesmo se reconhecendo que, em termos gerais, as plataformas de situação e oposição eram muito parecidas, pois ambas incorporavam diretrizes de uma reforma política liberal, é possível verificar diferenças importantes. Enquanto a plataforma oficial assumia um tom mais genérico, conservador e continuísta, a oposição realizava um discurso mais mobilizador, acenando com mudanças e explicitando reivindicações, como a da reforma eleitoral (voto secreto, representação proporcional) e dos direitos trabalhistas (jornada de trabalho de oito horas, proteção ao trabalho das mulheres e dos menores etc.), além de assumir o compromisso de concessão de anistia aos “tenentes revolucionários”. Contudo, se a campanha foi muito bem-sucedida, a ela se seguiu a previsível derrota nas urnas, com as igualmente previsíveis represálias que o vencedor costumava aplicar aos vencidos (o não reconhecimento dos candidatos ao Legislativo que fossem do bloco oposicionista).

Fazendo a conspiração e a revolução: das urnas às trincheiras

A partir da derrota eleitoral, estava colocada de forma clara para as oligarquias aliancistas a opção pela luta armada que, desde o início, nunca deixou de ser a meta dos tenentes e o desejo de vários dos jovens políticos (gaúchos, mineiros e do Norte), não por acaso conhecidos como tenentes civis. Estes assumirão uma posição estratégica na condução da conspiração. Serão eles, por excelência, os encarregados de convencer as lideranças oligárquicas mais resistentes e de manter a adesão do grupo militar tenentista, detentor do conhecimento dos procedimentos insurrecionais necessários ao golpe revolucionário. Oswaldo Aranha, secretário do Interior de Vargas, seria a figura-chave, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o país, conspirando em nome do candidato derrotado. Porém, enquanto ele conspirava, esse mesmo candidato incumbia seu secretário da Fazenda de negociar um acordo com o governo federal que evitasse retaliações. Uma posição difícil, menos pela ambiguidade do que pelo fato de Vargas estar sendo pressionado para a luta dentro de seu estado (para manter a Frente Única) e fora dele, principalmente pela oligarquia mineira, duramente punida. Ou seja, uma maioria crescente de atores políticos passava a avaliar que a revolução era a melhor, senão a única, saída digna possível.



Tropa revolucionária após a vitória da Revolução de 1930 em outubro daquele ano.

Fonte: Arquivo Luiz Aranha, FGV CPDOC, LAr foto 003-2.

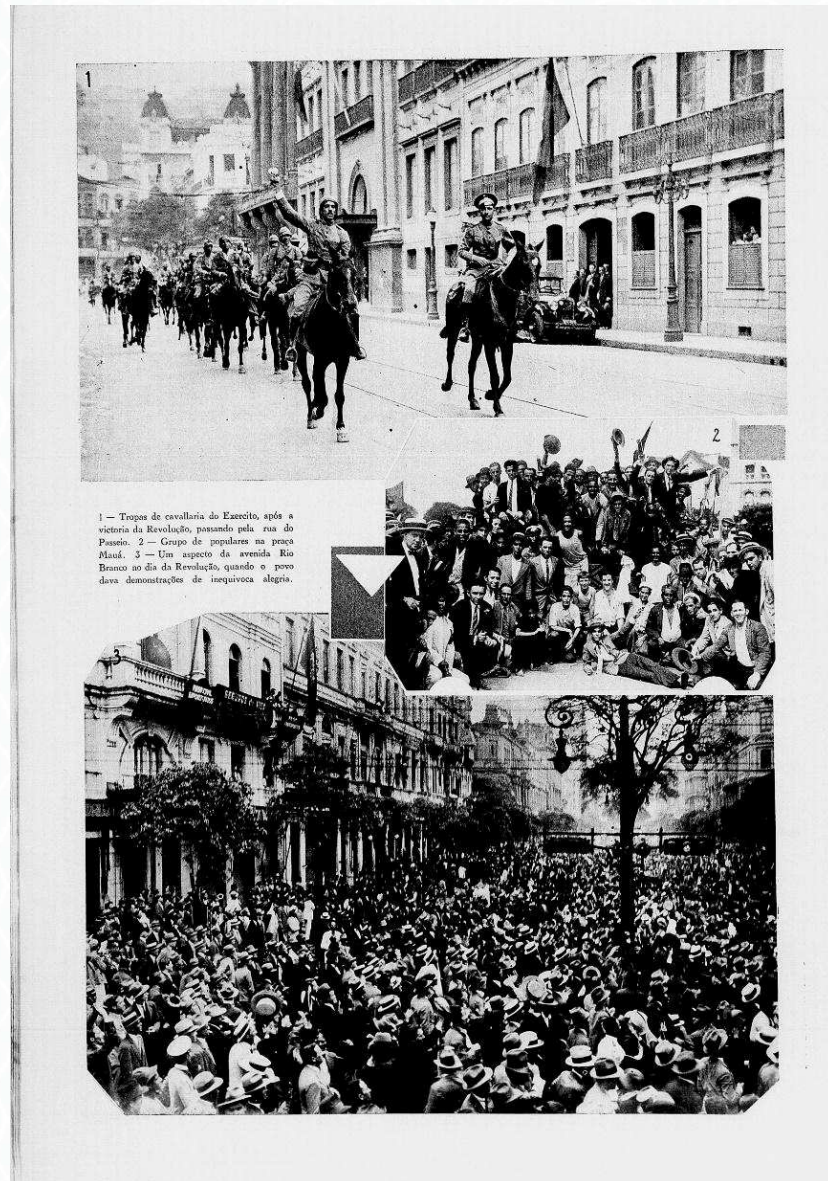
Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/LAr/audiovisual/tropa-revolucionaria-apos-a-vitoria-da-revolucao-de-30>.



Pedro Ernesto e outros durante a Revolução de 1930. **Fonte:** Arquivo Pedro Ernesto Batista, FGV CPDOC, PEB foto 018-11.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/PEB/audiovisual/pedro-ernesto-e-outros-durante-a-revolucao-de-1930>.

A conspiração caminhava, mas seus passos não eram firmes nem rápidos. Porém, em 26 de julho de 1930, um evento não previsível e dramático alterou o quadro político vigente. No Recife, o candidato à Vice-Presidência, o paraibano João Pessoa, foi assassinado. Ainda que as razões do crime fossem passionais, ele tinha conotações políticas (o assassino era do grupo político inimigo dos Pessoa). Melhor dizendo, um ataque tão brutal não seria desperdiçado por aqueles que se opunham ao governo federal e aos resultados eleitorais, muito particularmente os que, durante a própria campanha, já anteviam a necessidade de uma solução armada. Eles fariam do corpo de João Pessoa uma bandeira contra aquela república fracassada e a favor da revolução. Desde então, a coligação oligárquica aliancista estava nos braços dos tenentes civis e militares. A revolução foi marcada para o dia 3 de outubro, organizando-se em duas colunas, cada uma com um chefe civil e outro militar. Do Sul, partiram Vargas e o Coronel Góes Monteiro (que nunca foi tenente e reprimiu o movimento); do Norte, partiram José Américo de Almeida e o Capitão Juarez Távora (um tenente de 1924 e da Coluna Miguel Costa-Prestes). Houve combates em vários estados do país, mas a grande batalha que se esperava, que seria contra as forças paulistas em Itararé, não ocorreu. Aconteceram, ao longo dos muitos deslocamentos de tropas, manifestações de apoio da população e ataques à imprensa contrária à revolução nas ruas de diversas cidades. As revistas ilustradas, muito populares à época, estão repletas de fotografias que flagram cenas as mais diversas. Em 24 de outubro, com a revolução praticamente vitoriosa, Washington Luís é deposto, partindo para o exílio, e uma Junta Governativa militar assume o poder. Por fim, em 3 de novembro, Vargas chega na capital federal, em clima de festa.



1 — Tropas de cavalaria do Exército, após a vitória da Revolução, passando pela rua do Passeio. 2 — Grupo de populares na praça Mauá. 3 — Um aspecto da avenida Rio Branco no dia da Revolução, quando o povo dava demonstrações de inequívoca alegria.

Tropas na Rua do Passeio e povo comemorando na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Fonte: Revista da Semana (RJ), Ano XXXI, n. 46, 1º de novembro de 1930, p. 20. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/025909_03/2031.

A Revolução de 1930 foi basicamente um movimento civil que resultou de cisões intraoligárquicas de caráter político e regional. Ela contou com a participação decisiva de militares, em especial de oficiais de baixa patente integrantes do tenentismo. Envolveu lutas geracionais dentro do Exército e em diversos quadros políticos estaduais, resultando em uma espécie de depuração das elites que vinham da Primeira República. Porém, sua vitória não encerrou os conflitos que a geraram, mas os colocou em outro patamar, que, ao longo da década de 1930, foram da disputa por cargos governamentais à guerra civil de 1932.

Sugestões de leitura

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GUERRAS do Brasil. *Doc*: episódio 4: A Revolução de 1930. Realização: Ancine. Produção: Buriti Filmes. Co-produção: TV Brasil. Direção: Luiz Bolognesi. [S. l.]: Buriti Filmes, c2018. 1 vídeo (ca. 26 min.).

MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: *A Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 669-689.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Revolução de 1930. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. E-book.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. Neves (orgs.). *O Brasil republicano, o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 11-34.

VANNUCCHI, Marco Aurélio. Revolução de 1930 e modernização conservadora. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (orgs.). *A Era Vargas (1930-1945)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2021. p. 19-39.